

continuação

Saldo em 31 de dezembro de 2016 (147.119)
 (+) Complemento/acerto PECLD (12.288)
 (-) Baixas ocorridas 19.260

Saldo em 31 de dezembro de 2017 (140.407)

A conta "Contas a receber - Clientes" refere-se às emissões de notas fiscais eletrônicas de prestação de serviços e a conta "Duplicatas a receber" refere-se às faturas emitidas de receitas provenientes de cooperação técnica, convênios e patrocínios.

	2017	2016
7. Adiantamentos a terceiros		
Adiantamento a fornecedores	192.997	179.066
Importação em andamento	2.369.399	245.660
Adiantamento de viagens	7.309	47.950
Outros	130	2.360
	2.569.835	475.036

O aumento do saldo está relacionado à aquisição do equipamento para o acordo de cooperação com a CHESE. A RNP firmou um acordo de cooperação técnica com a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) para o compartilhamento de infraestrutura optica em toda região Nordeste, tendo como suporte as linhas de transmissão da Companhia. Esta parceria permitirá acessar a oferta de infraestrutura de alto desempenho para educação e pesquisa e beneficiar o acesso à internet de alta velocidade da comunidade acadêmica, incluindo centros de pesquisa, faculdades, institutos superiores, hospitais de ensino e centros de educação tecnológica.

	2017	2016
8. Crédito de funcionários		
Adiantamento de viagens	2017	12.708
Adiantamento de salário	2.683	23.159
Empréstimos a funcionários		832
Antecipação de 13º salário	815	-
Antecipação de férias	202.927	327.077
	206.425	303.776

	2017	2016
9. Despesas pagas antecipadamente (corrente)		
Prêmios de seguros	334.692	306.207
Adiantamento a fornecedores	2.251.099	2.251.099
	2.585.792	2.557.306

	2017	2016
10. Despesas pagas antecipadamente (não corrente)		
Adiantamentos diversos	1.253.035	151.977
Adiantamento a fornecedores	3.144.749	5.130.906
	4.397.784	6.648.883

Em julho de 2010, a RNP celebrou junto a Oi um convênio para desenvolvimento de tecnologias em aplicação de rede. Nos termos deste convênio, a RNP pagou a esta operadora o montante de R\$ 19.861.571 e, em contrapartida, recebeu o direito de uso de capacidade e infraestrutura a ser provido pela mesma nos pontos de presença da RNP pelos próximos 10 anos. Por se tratar de um direito da RNP a mesma fará a apropriação ao resultado à medida que as capacidades e a estrutura venham sendo utilizadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a despesa de capitalização apropriada ao resultado foi de R\$ 1.986.157 (R\$ 1.986.157 em 2016).

	2017	2016
11. Depósitos judiciais		
Processo RFB (a)	1	498.765
Processo RFB - PIS / COFINs (b)	1	1.771.546
	2.270.311	1.569.311

(a) Refere-se a uma ação ordinária visando a obtenção de provimento judicial para reconhecer a improcedência da cobrança de IRRF retida pela Fazenda Nacional. (b) A partir de 01 de julho de 2015, as alíquotas do PIS e COFINs sobre receitas financeiras, inclusive as decorrentes de operações realizadas por firms de hedge, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições, passaram a ser de 0,65% e 4%, respectivamente. A RNP está recolhendo judicialmente o valor correspondente ao pagamento da COFINs, pois entende que essa cobrança é indevida, dando que a origem do valor aplicado é isenta de tributação, logo, seus rendimentos também deveriam ser. Ambas as causas são ativas com possibilidade de sucesso classificada como possível, portanto, não foram registradas provisões monetárias.

	2017	2016
12. Garantia Bancária		
Caixa Econômica - CAPEs	179.590	-
	179.590	-

Foi assinado um contrato de prestação de serviço com a CAPEs e uma das obrigações da contratada é a exigência de constituição de uma garantia bancária (segundo IN 04 de 12 de novembro de 2010).

		Taxas anuais	Residual	Custo	Depreciação	Residual		
			Dez/16	Aquisições	Baixas	Depr. anual	Baixas	Depr/17
Equipamentos de computação	20%	25.268.031	11.760.609	(2.968.098)	(11.372.532)	2.859.521	25.547.532	
Móveis e equipamentos	10%	7.545.209	1.885.005	(542.510)	(1.145.255)	341.264	8.083.694	
Benefícios em propriedade de terceiros	10%	104.076	-	-	(57.867)	-	46.210	
Móveis e utensílios	10%	3.325.430	206.582	(251.617)	(707.472)	213.834	2.786.757	
Provisão de Perda no Ativo		-	-	-	-	-	-	(7.572.469)
			36.242.746	39.366.650	(56.849.148)	(13.283.126)	3.141.660	28.991.724

A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 13.283.126 (R\$ 13.586.121 em 2016) e está registrada no resultado do exercício. Não há bens do ativo imobilizado dados em garantia a terceiros. No exercício de 2017 ocorreram baixas no ativo imobilizado por doação no montante de R\$ 1.556.105, por aviação de R\$ 118.984, por obsolescência de R\$ 1.638.665, por roubo de R\$ 15.316, por traslado de R\$ 179.129 e por outros casos de R\$ 253.127, totalizando o montante de R\$ 3.762.225 (custo de aquisição) e que representa R\$ 347.624 de efetivo líquido de depreciação (R\$ 333.860 em 2016). Não houve alteração no tempo de vida útil econômica dos ativos. Após a realização do inventário anual, foram identificados itens do ativo imobilizado cuja classificação ensejam a necessidade de provisão, para o qual o saldo líquido do imobilizado apresenta adequadamente o total dos recursos cujos benefícios econômicos fluem para a entidade. Portanto, foi calculada uma provisão com base no status dos bens descritos abaixo:

	Valor Residual 31.12.2017	R\$
Classificação do bem		
Não informado	RS\$ 275.059	
Fora de uso temporário	RS\$ 712.365	
Obsoleto para o projeto	RS\$ 210.158	
Irrecuperável	RS\$ 72.979	
Sem classificação	RS\$ 247.236	
Recuperável	RS\$ 21.165	
	RS\$ 572.469	

14. Intangível

REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP

CNPJ 03.508.097/0001-36

	Taxas anuais	Residual	Custo	Depreciação	Residual		
		Dez/16	Aquisições	Baixas	Depr. anual	Baixas	Depr/17
Sistema aplicativo	20%	2.561.522	296.978	(431.538)	(897.926)	404.462	1.933.498
Software							
Provisão Perda no Ativo							(349.461)
		2.561.522	1.017.400	(1.501.421)	(897.926)	404.462	1.584.037

A amortização do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 897.926 (R\$ 835.530 em 2016) e está registrada no resultado do exercício. No exercício de 2017 ocorreram baixas no ativo intangível por obsolescência no montante de R\$ 389.856, por doação de R\$ 41.682, totalizando o montante de R\$ 431.538 (custo de aquisição) e que representa R\$ 27.076 de efetivo líquido de amortização (R\$ 21.04 em 2016). Não houve alteração no tempo de vida útil econômica dos ativos. Após a realização do inventário anual, foram identificados itens do ativo intangível cuja classificação ensejam a necessidade de provisão, para o qual o saldo líquido do intangível apresenta adequadamente o total dos recursos cujos benefícios econômicos fluem para a entidade. Portanto, foi calculada uma provisão com base no status dos bens do intangível descritos abaixo:

	Valor Residual 31.12.2017	R\$
Classificação do bem		
Expirado	RS\$ 172.388	
Não informado	RS\$ 91.111	
Fera de uso temporário	RS\$ 882.729	
Obsoleto para o projeto	RS\$ 853	
Não localizado	RS\$ 80	
	RS\$ 349.461	

	2017	2016
15. Fornecedores		
Fornecedores de serviços de telecomunicações	9.918.398	22.035.545
Fornecedores contratos	289.757	502.075
Fornecedores de serviços profissionais	726.424	523.914
	13.579.399	23.061.534

Em 2016 foi realizado o direcionamento de pagamentos, ou seja, a RNP tinha parcelas de fornecedores em aberto que somente foram quitadas no primeiro trimestre de 2017. Adicionalmente, em 2016, o batimento da planta - conferência do valor devido por circuito entre a operadora e a RNP - com a Oi, a Brasil Digital e a Telefônica ainda não haviam sido concluídos, fato ocorrido apenas em 2017. Após esse batimento de planta, foi recebida a quitação da Brasil Digital e da Oi até 2016, e da Telefônica até 2013.

	2017	2016
16. Obrigações fiscais		
ISS a recolher	53.556	118.170
IRRF a recolher	924.698	960.601
CSL/COFINs/PIS COD. 5952	146.578	123.457
COFINs sobre prestação de serviços	12.684	-
	1.137.516	1.202.228

	2017	2016
17. Obrigações sociais		
Fundo Social - INSS	903.973	921.797
Previdência Garantia - FGTS	302.542	321.519
PIS	46.406	50.237
	1.252.921	1.293.553
18. Obrigações trabalhistas		
Férias	3.494.202	3.350.459
INSS sobre férias	891.820	854.365
FGTS sobre férias	279.535	268.035
Prêmio de desempenho	3.007.536	-
Outros	7.896.856	4.472.859

O Prêmio de Desempenho foi instituído com o objetivo de recompensar os empregados que tiveram participação no atingimento da meta institucional, prevista no Contrato de Gestão firmado entre a RNP e o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, para o fomento de tecnologia de informações e comunicações no meio acadêmico público federal. Esse prêmio é pago por liberalidade e só é efetivado quando as metas são atingidas, conforme preceito da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão, e existem recursos financeiros disponíveis para seu custeio. Não se constituindo, para qualquer fim, em remuneração fixa, para fins de incorporação aos salários. O ano de 2015 foi o ano de inúmeros momentos de restrição econômica e financeira do País, o que se refletiu nos repasses dos ministérios financiados da ação promovida pela RNP, não havendo, portanto, a deliberação pela Diretoria para o pagamento do prêmio de desempenho de 2015 que seria pago em 2016. No ano seguinte, 2016, com o esforço desenvolvido, tanto pelos empregados quanto pelos contratantes, otimizando o uso dos recursos e melhorando o fluxo de repasses do governo, foi possível que em 2017 se realizasse o pagamento de 50% do prêmio daquele ano, conforme condições estabelecidas pelo Conselho de Administração, ou seja, 50% na assinatura do 16º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão vigente, assegurado os repasses financeiros decorrentes, e os demais 50% na assinatura do 17º Termo Aditivo e o repasse dos recursos vinculados. Como os recursos do 17º Termo Aditivo só chegaram nos últimos dias do ano, a parcela referente à segunda parte do prêmio de 2016 só será paga em fevereiro de 2018.

	2017	2016
19. Obrigações em circulação:		
Contrato de Gestão - MCTIC	200.388.784	228.732.508
Finop - Ciga	-	23.333
Finop - Silbrate	-	268.991
Finop - Cloutland	595.691	-
	200.984.475	229.024.832

O Contrato de Gestão da RNP é o instrumento pelo qual o contratante, ou seja, o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) faz os repasses de recursos para o atendimento ao plano de trabalho da RNP. As entradas dos recursos do Contrato de Gestão, bem como os recursos dos convênios FINOP, são registradas na conta de Obrigações em Circulação, tendo em vista a verdadeira realização das receitas ocorridas no momento de realização dos projetos e não no momento de entrada na caixa da Organização. A medida em que os projetos correlatos são executados, as obrigações em circulação são baixadas e a respectiva receita é apropriada ao resultado do exercício. Com base nos aditivos ao Contrato de Gestão já pactuados, a RNP, em 2018, receberá recursos no valor total de R\$ 60.368.703 referentes a R\$ 2.333.333 de recursos do Ministério da Saúde previstos no 15º Termo Aditivo assinado em 2016, e de R\$ 58.035.370 para a continuidade do fomento e de execução de atividades de pesquisas tecnológicas, desenvolvimento e operação de meios de serviços de difusão do conhecimento na área de tecnologia de informação e comunicação, previstos no 17º Termo Aditivo assinado em 2017, conforme a seguir:

	2018	R\$
15º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	2.333.333	
17º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	58.035.370	
	60.368.703	

Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, do montante acima enumerado foi disponibilizado para a Entidade o valor de R\$ 53.994.538 referente ao 17º Termo Aditivo em 2018. 20. Provisão para contingências: A RNP é parte em processos judiciais ou em riscos potenciais que, na avaliação dos consultores jurídicos, levando em consideração experiências com naturezas semelhantes, foram classificadas como de risco provável de perda. A Administração entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomadas em cada processo são suficientes para preservar o seu patrimônio, registrando o reconhecimento de provisões para perdas prováveis de processos judiciais em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

de acordo com os valores abaixo discriminados:

	2017	2016
Trabalhistas	21.674.712	25.510.352
Cíveis	2.773.608	2.478.843
	24.448.320	27.989.195

Contingências trabalhistas: O maior impacto na redução de R\$ 3.835.640 da provisão trabalhista de 2016 (R\$ 25.510.352) foi referente ao passivo contingencial classificado como provável em 2016 pelo reconhecimento de vínculo empregatício com pessoas físicas e jurídicas, cujo prazo foi mitigado ao longo do exercício de 2017. **Contingências cíveis:** Foi realizada uma ação de R\$ 294.750 na provisão efetuada para atender a contingência passiva da ação judicial impetrada pela empresa Global Crossing Comunicações do Brasil Ltd. O montante referente à multa contratual continua classificado como de risco remoto em virtude do andamento do processo no exercício de 2017, portanto, não se encontra registrado como contingência. Adicionalmente, a Entidade tem ações de natureza tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificadas pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para os quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Quantidade	2017	2016
Trabalhistas	5	1.184.442	939.774
Tributárias	0	-	16.097.641
		1.184.442	17.037.415

A maior variação de 2017 se deve à decisão da 3ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, que em 27/02/2017 não reconhecendo o Recurso Especial interposto pela Fazenda Nacional e cancelou integralmente o auto de infração lavrado, dando ganho de causa à RNP. Os autos já foram remetidos ao Arquivo Digital dos Órgãos Centrais da Receita Federal do Brasil. Em relação à variação da contingência trabalhista classificada como de risco possível, dos quatro processos judiciais em curso no exercício de 2016, dois passaram a ser classificados como prováveis, mas outros três foram impetrados contra a RNP ao longo do exercício de 2017, em seu valor de R\$ 179.375, em que o profissional pede o reconhecimento de vínculo, além de outros direitos trabalhistas. **Depósitos judiciais:** Adicionalmente, a RNP possui dois processos judiciais para 2 causas ativas em 31 de dezembro de 2017 que totalizam em R\$ 2.270.311 (R\$ 1.569.311 em 2016). As informações detalhadas quanto aos depósitos efetuados estão divulgadas na nota explicativa número 11.

	2017	2016
21. Receita de convênios:		
EMBRAPA		134.912
SERPRO	200.000	738.845
REDECLARA	-	1.618.072
Projeto 4º Chamada Coordenada BR-UE	10.504.994	2.000.000
Fundação Universidade de Brasília - FUB	387.248	302.248
Lauren Foundation	288.462	288.500
Chamada Coordenada BR-EU	14.340.831	-
CEBRASPE	188.760	-
Centro de Educação Superior de Brasília - CESP	167.905	-
Instituto Federal de Educação de Brasília - IFB	2.723.413	-
Binário Distribuidora de Equipamentos Eletrônicos	38.180	-
Centro de Ensino Unificado de Brasília - CEUB	56.370	113.343
Outros	1.137.000	753.503
Receitas Canceladas	(115.952)	-
	27.649.820	5.931.122

A receita de convênios é a forma pela qual a RNP busca alcançar recursos adicionais que servem tanto para estender projetos em curso quanto para atender aos convênios em serviços de rede ou para complementar a infraestrutura própria, destinada à integração de novas organizações e de novas comunicações. Com isso, propicia o aumento da base de clientes, diminuindo a vulnerabilidade da RNP em relação ao Contrato de Gestão como único e grande financiador.

	2017	2016
22. Despesas gerais e administrativas:		
Conectividade nacional	(a) (81.967.557)	(95.268.800)
Convênio de cooperação acadêmica	(b) (16.077.925)	(16.396.950)
Consultoria de sistema de informática	(c) (12.821.804)	(8.353.884)
Conectividade internacional	(d) (8.800.314)	(10.553.406)
Serviço de terceirização de mão de obra	(e) (272.137)	(272.137)
Viagens	(f) (4.071.153)	(1.212.020)
Consultoria e ass. de informática e congêneres	(g) (4.378.214)	(3.770.158)
Ocupação	(h) (4.520.196)	(3.237.814)
Serviço de Óbra Civil	(i) (3.097.160)	(4.919.907)
Serviço de instalação e mant. de equipamentos	(j) (2.583.316)	(1.943.516)
Serviço de instalação e Configuração	(k) (2.038.472)	(1.159.118)
Utilidades e serviços	(l) (1.909.751)	(1.920.887)
Serviço de suporte e manutenção de software	(m) (1.436.434)	(1.601.897)
Consultoria de gestão de projetos	(n) (1.014.198)	(1.494.620)
Treinamentos e cursos	(o) (983.913)	(680.088)
Consultoria e assessoria - ESR	(p) (751.034)	(526.978)
Serviço de Auditoria	(q) (688.279)	(525.021)
Assessoria de imprensa	(r) (520.844)	(522.216)
Serviços especializados - eventos	(s) (477.121)	(290.745)
Consultoria e assessoria em P&D de projetos	(t) (409.422)	(111.008)
Assessoria em design	(u) (320.430)	(357.845)
Serviço de cooperativas - taxi	(v) (251.729)	(145.522)
Consumo de materiais e produtos	(w) (218.705)	(197.838)
Consultoria de suporte e manutenção de rede	(x) -	(125.936)
Outras despesas	(y) (10.958.586)	(8.361.054)
	(165.459.220)	(167.936.840)

As maiores variações ocorridas no grupo de despesas gerais e administrativas são justificadas por: (a) os valores referentes à conectividade nacional ocorrida em 2016, em função da execução para aumento de oferta de banda e redução no custo do valor Mbps através da redução de acordos de postagem de continuidade para 24 ou 36 meses com os fornecedores existentes. (b) O aumento observado com consultoria de sistemas de informática foi devido ao aumento de escopo dos fornecedores existentes para apoio aos projetos da CAFEP, EMBRAPA e SDC-Cultura, além da contratação do fornecedor



continuação

assessoria em pesquisa em desenvolvimento de projetos foi relativo à inclusão de dois novos contratos com fornecedores para apoio aos projetos SIBRR (RS 136.768) e a Cultura (RS 90.000), que não foram realizados em 2016. (f) Conforme mencionado no item (e), houve um aumento no volume de viagens e, consequentemente, nas despesas com taxis. **23. Outras receitas operacionais:**

	2017	2016
Provisão para perdas - ativo imobilizado e intangível	(7.930.629)	(7.930.629)
Basas de ativo imobilizado	(334.274)	(334.274)
Resultado negativo na alienação do imobilizado	(84.636)	-
Descontos obtidos	321.660	456.474
Varição cambial	15.322	696
Outros	12.081	14.126
	(7.947.566)	(137.111)

A maior variação do saldo refere-se à constituição de provisão para perdas no ativo imobilizado e intangível. Após a realização do inventário anual, foram identificados itens do ativo imobilizado e intangível cuja classificação enseja a necessidade de provisão, calculada com base nos status dos bens conforme detalhado nas notas explicativas números 13 e 14.

24. Resultado financeiro líquido:

	2017	2016
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	16.282.710	17.616.411
	16.282.710	17.616.411

	2017	2016
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(27.537)	(36.109)
IOF	(108.007)	(209.882)
IRRF s/ aplicação financeira	(3.170.698)	(2.876.189)
Juros e máculas passivas	(1.310)	(811)
Varição cambial	(264.014)	(1.791)
Juros	(926)	(23.448)
	(3.572.492)	(3.146.230)
	12.710.218	14.469.181

25. Transações com partes relacionadas: Remuneração e pessoal-chave: No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a remuneração total da Alta Gerência da RNP foi de R\$ 2.079.668 (R\$ 1.962.806 em 2016). A Associação não concede benefícios pós-emprego ou outros de longo prazo para seus diretores e colaboradores. A RNP é co-fundadora e associada à CLARA - Cooperação Latino Americana de Redes Avançadas, uma Organização de Direito Internacional sem fins lucrativos que opera uma rede de Internet Avançada, a RedeCLARA, que tem como objetivo principal conectar a RNP às instituições de ensino e pesquisa de diversos países da América Latina e Europa. Com isto, estende o serviço de conectividade às instituições usuárias destes outros países e do continente europeu. CLARA possui um conselho diretivo escolhido através de votação, em assembleia de seus associados. Atualmente, o Diretor de Engenharia e Operações, Eduardo Cezar Grizendi, é o representante da RNP no Conselho Diretivo da CLARA. CLARA, através da RedeCLARA, prestou estes serviços de conectividade internacional para a RNP nos anos de 2017 e 2016 nos montantes de R\$ 1.931.690 e R\$ 1.488.506, respectivamente. **26. Cobertura de seguros:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 os ativos da RNP estavam seguros contra sinistro pelo valor máximo indenizatório de R\$ 14.062.200 para equipamentos diversos, tais como roteadores, servidores e notebooks, e de R\$ 2.354.361 para ativos de infraestrutura mobiliária, pelo valor total pago de R\$ 386.427 (R\$ 359.551 em 2016), compreendendo o seguro dos riscos de danos equipamentos diversos mencionados no valor de R\$ 384.002 e de móveis no valor de R\$ 2.425. Em virtude da localização diversificada dos bens da organização e da análise de risco efetuada pela seguradora contratada, o valor máximo indenizatório se refere à perda por sinistro da localidade com a maior valorização de equipamentos, que é o município de Recife, localizado em Pernambuco. No entanto, caso o sinistro ocorra em qualquer outra localidade do país, todas as perdas estarão cobertas até o limite máximo indenizatório. Adicionalmente, ao longo do ano, o seguro é revisado e atualizado conforme a probabilidade de mudança do critério anteriormente mencionado, com o objetivo de resguardar o patrimônio. **27. Eventos Subsequentes:** A RNP avaliou os acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2017 para fins de divulgação de eventos subsequentes, e não encontrou eventos significativos em conflitos trabalhistas.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras:
RNP Administradores e Conselheiros da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do superávit (déficit), das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis adotadas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (Resolução CFC 1.409/12).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, incluindo as referidas em conflitos trabalhistas, com ênfase nas áreas descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Risco:** Continuamos das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil desenvolvidas pela Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP sob provisão pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC e demais ministérios integrantes do programa RNP, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvidas quanto a capacidade de continuidade da Entidade. Nossa opinião não está ressuada por este assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (Resolução CFC 1.409/12) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo

REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP

CNPJ 03.508.097/0001-36

com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior que o do provavelmente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificar, omitir ou manipular registros contábeis, documentos, evidências contábeis, controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvidas significativas em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de natureza contábil, com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os assuntos relativos aos comprometimentos ou assuntos que poderiam representar, ou serem percebidos como, conflitos de interesse, aplicáveis, às respectivas salvaguardas. Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2018. RSM ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S/S - CRC-RJ - 004.080/0-9. Cláudio Silva Foch - Sócio Responsável - CRC-RJ - 102.455/0-4 - Contador.

Relatório de asseguarção limitada dos auditores independentes sobre os quadros relativos ao fluxo de caixa financeiro Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Aos Administradores e Conselheiros da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP Rio de Janeiro - RJ. **Introdução:** Para tratar de um serviço específico de asseguarção limitada, resumamos que há diferenças significativas entre um trabalho dessa natureza e uma auditoria das demonstrações financeiras com o objetivo de emitir um parecer. Este trabalho, embora tenha características e objetivos específicos, não deixa de ser uma auditoria; portanto, deve respeitar as normas da profissão e, em consequência, utilizar os procedimentos aplicáveis a trabalhos dessa natureza em conformidade com a Norma NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguarção diferente de Auditoria e Revisão aprovada pela Resolução 1.160 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC em 20 de novembro de 2015. Para tratar quanto às demonstrações financeiras, o auditor executa procedimentos destinados a obter uma certeza razoável de que estas estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos significativos. Devido à natureza dos exames e outras limitações inerentes à auditoria, juntamente com as limitações próprias de qualquer sistema de controle interno, existe o risco inevitável de mesmo qualqur falsa declaração significativa passar despercebida. Contudo, qualquer inclinação que possa ter ocorrido alguma fraude ou erro que pudesse resultar em significativa falsa declaração, com o intuito de enganar os usuários, não é suficiente para a fim de confirmar ou não suas suspeitas. Embora as normas acima transcritas estejam dirigidas à auditoria das demonstrações financeiras, abrangem todos os trabalhos de auditoria, inclusive serviços de asseguarção limitada. Este relatório foi desenvolvido para atender aos objetivos definidos nos termos de nossa contratação e se destina ao uso exclusivo da Administração da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP ("RNP" ou "Associação"); consequentemente, não deverá ser publicado, circulado, reproduzido ou utilizado para outras finalidades sem nossa aprovação prévia por escrito. Alertamos os usuários em qualquer circunstância este trabalho somente poderá ser utilizado integralmente, pois sua leitura parcial poderá levar a interpretações equivocadas. **2. Objetivo da revisão:** Conforme nossa carta de contratação datada de 31 de agosto de 2017, fomos contratados para efetuar uma revisão (asseguarção limitada) dos quadros 1 a 5 relacionados ao fluxo de caixa financeiro da Associação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Estes quadros foram elaborados sob responsabilidade da RNP e são divulgados em seu Relatório de Gestão Anual. Não foi por parte do auditor a obtenção de informações sobre o levantamento e a análise dos dados socioeconômicos internos da Associação que seriam requeridos em um trabalho de auditoria com o objetivo de emissão de parecer sobre as demonstrações financeiras da Associação, conforme as normas da profissão. **3. Extensão do trabalho:** Nossos trabalhos foram desenvolvidos tomando por base os quadros 1 a 5 do Relatório de Gestão Anual relacionados ao fluxo de caixa financeiro da Associação apresentado em seus relatórios, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

4. Limitação do escopo: Nossos procedimentos de asseguarção limitada foram limitados à obtenção de informações sobre os trabalhos e o levantamento e a análise dos dados socioeconômicos internos da Associação em 31 de dezembro de 2017, bem como discussões restritas com a Administração da Associação e com a área responsável pela elaboração e apresentação dos quadros 1 a 5 relacionados ao fluxo de caixa financeiro da RNP. **5. Principais procedimentos de asseguarção limitada adotados:** **5.1. Histórico dos valores repassados pelo Contrato de Gestão.** 5.1.1. Histórico de recebimentos dos valores repassados pelo Contrato de Gestão: Refere-se basicamente aos repasses de recursos efetuados nos anos de 2011 a 2017 pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC e outros órgãos do orçamento e do orçamento extrabancário da RNP. Constatamos o recebimento total do valor de R\$ 194.837.544,64 no exercício de 2017 (R\$ 328.882.431,66 em 2016 e R\$ 176.678.513,32 em 2015, respectivamente). O principal procedimento de asseguarção por nós efetuado foi: • Examinamos os aditivos do Contrato de Gestão através dos qual identificamos os montantes aprovados e liberados para a RNP. Constatamos a exatidão e legitimidade dos valores recebidos conforme critério do extrato bancário. O quadro abaixo demonstra o histórico dos recursos provenientes do Contrato de Gestão.

Fontes de recursos				Valores em R\$ mil			
Anos	MCTIC	Outras	Total	2017	2016	2015	2014
2011	45.883	126.057	171.940				
2012	34.607	164.114	198.721				
2013	35.350	120.426	155.776				
2014	24.896	261.767	286.663				
2015	46.445	130.033	176.678				
2016	99.758	729.124	328.882				
2017	50.600	144.838	194.838				

5.2. Valores repassados pelo Contrato de Gestão no ano de 2017: 5.2.1. Recebimentos do Contrato de Gestão no ano de 2017: Refere-se basicamente aos repasses de recursos efetuados no ano de 2017 pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC e outros órgãos para atendimento ao plano de trabalho da RNP. Constatamos o recebimento total do valor de R\$ 194.837.544,64 no exercício de 2017. O principal procedimento de asseguarção por nós efetuado foi: • Exame dos aditivos do Contrato de Gestão através dos qual identificamos os montantes aprovados e liberados para a RNP. Constatamos a exatidão e legitimidade dos valores recebidos conforme critério do extrato bancário. O quadro abaixo demonstra o histórico

detalhado dos valores repassados pelo Contrato de Gestão em 2017:

Valores em R\$ mil			
Fonte	Termo Aditivo	Valor	Data
MCTIC	16ª TA - MCTI	5.000	17/11/2017
	16ª TA - MCTI	45.000	18/12/2017
Total MCTIC		50.000	
MEC	15ª TA - MEC	15.000	22/03/2017
	15ª TA - MEC	7.500	02/06/2017
	15ª TA - MEC	7.500	21/06/2017
	15ª TA - MEC	20.000	26/10/2017
	15ª TA - MEC	25.000	24/11/2017
	15ª TA - MEC	65.000	22/12/2017
Total MEC		140.000	
Outras Fontes via Contrato de Gestão	15ª TA - ANCINE	2.771	31/01/2017
	15ª TA - EBC	281	21/02/2017
	15ª TA - ANCINE	400	09/03/2017
Outras Fontes via Contrato de Gestão	15ª TA - FNS	667	15/05/2017
Outras Fontes via Contrato de Gestão	15ª TA - EBC	719	07/07/2017
Total Outras Fontes		4.338	
Total Geral		194.838	

O quadro abaixo demonstra os valores a receber conforme termos aditivos:

Valores em R\$ mil			
Fonte	Termo Aditivo	Valor	Ano
MCTIC	17ª TA - MCTIC	300	2017
	17ª TA - MCTIC	475	2017
	17ª TA - MCTIC	1.350	2017
MEC	17ª TA - MCTIC	6.000	2017
	17ª TA - MCTIC	3.000	2017
	17ª TA - MCTIC	3.000	2017
Total MCTIC		11.125	
MEC	15ª TA - MEC	25.000	2017
	15ª TA - MEC	3.500	2017
	15ª TA - MEC	9.700	2017
Total MEC		38.200	
Outras Fontes via Contrato de Gestão	15ª TA - MS-FNS	2.333	2016
	17ª TA - MS	1.500	2017
Outras Fontes via Contrato de Gestão	17ª TA - EMBRAPA	4.070	2017
Outras Fontes via Contrato de Gestão	17ª TA - ANCINE	3.141	2017
Total Outras Fontes		11.044	
Total Geral		60.369	

5.3. Contas bancárias: Refere-se ao sumário dos saldos de conta corrente, conta poupança e aplicações financeiras mantidas junto à instituição financeira em 31 de dezembro de 2017, conforme exibido no quadro 4 anexo. O principal procedimento de asseguarção por nós efetuado foi: • Confirmamos 100% dos saldos apresentados junto às instituições financeiras (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) referentes ao Contrato de Gestão. A reserva financeira referente ao ano de 2016 foi efetivamente constituída em 2017. O quadro a seguir demonstra o saldo das contas bancárias analisadas (em reais):

Valores em R\$ mil					
Banco	Agência	Conta	2017	2016	
BB	3519-x	70.900-X CG/4172	86.081	70.990	70.990
BB	3519-x	70.000-2 CG/4655	42.409	82.522	
BB	3519-x	70.800-3 CG/Recurso Aditivados	35.266	53.524	
BB	3519-x	70.910-7 FNDCT	15.405	14.422	
BB	3519-x	70.002-9 FNDCT	276	264	
CEF	0545	1989-3 DI - Reserva financeira	12.743		
Totais			192.180	221.723	

5.4. Demonstração de receitas auferidas: Refere-se às receitas apropriadas dos recursos recebidos mediante sua aplicação na execução do objeto social da RNP. Os principais procedimentos de asseguarção por nós efetuados foram: • Confirmamos 100% dos saldos apresentados junto à instituição financeira (Banco do Brasil). • Examinamos em base de amostragem, a saída dos recursos financeiros referentes aos pagamentos efetuados através de extrato bancário. • Analisamos em base de amostragem, a movimentação das aplicações financeiras, assim como os referidos rendimentos referentes às aplicações financeiras conforme extrato bancário. • Examinamos em base de amostragem, as folhas de pagamento, relatórios de provisão de férias e de 13º salário de janeiro a dezembro de 2017, bem como os respectivos pagamentos efetuados. • Examinamos em base de amostragem, guias de INSS e FGTS de janeiro a dezembro de 2017, bem como as respectivas liquidações financeiras através de extrato bancário. O quadro a seguir demonstra as receitas auferidas em 2017 e 2016:

Valores em R\$ mil						
Receitas	2017			2016		
	ASS	CG	TOTAL	ASS	CG	TOTAL
Receita do Contrato de Gestão*		223.306	223.306		-209,871	209.871
Receita de prestação de serviços	2.385	-	2.385	1.640	841	2.481
Receitas de convênios	27.581	69	27.650	5.931	273	6.206
Receita financeira	4.654	11.628	16.282	5.169	12.447	17.616
Descontos financeiros obtidos**	-	1	321	322	1	455
Outros**	-	22	28	9	-	16
Total	34.627	235.346	269.973	12.750	223.896	236.646

Nota 1: Receita realizada do Contrato de Gestão. Nota 2: Descontos obtidos ematuras de prestação de serviços de telecom e não telecom. Nota 3: Receitas não operacionais com variação cambial e prêmio de seguros. **5.5. Plano de ação pactuado e realizado em 2017:** Refere-se ao comparativo entre o orçamento e o real ocorrido em 2017. Os principais procedimentos de asseguarção por nós efetuados foram: • Confrontamos o total dos balancetes, segregados por centros de custo (projetos do Contrato de Gestão) com o balancete contábil, sem divergências. • Revisamos em base de amostragem, a saída de recursos financeiros referentes aos pagamentos efetuados através de extrato bancário, validando assim os valores executados. O quadro a seguir demonstra o comparativo entre o orçamento e realizado no ano de 2017:

continuação

REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP

CNPJ 03.508.097/0001-36

MACRO PROCESSO	Pessoal		Pessoa Física ¹		Pessoa Jurídica ¹		Viagens ¹		Custeio ¹		Capital ¹		Valores em R\$ mil	
	Planej. 2017	Exec. 2017	Planej. 2017	Exec. 2017	Planej. 2017	Exec. 2017	Planej. 2017	Exec. 2017	Planej. 2017	Exec. 2017	Planej. 2017	Exec. 2017	Planej. 2017	Exec. 2017
	TOTAL													
Desenvolvimento tecnológico	2.536	3.736	4.559	1.820	563	448	1.554	571	465	195	1.530	521	11.227	7.591
Engenharia e operação de redes	12.772	9.808	1.840	790	374	106.065	987	715	2.828	3.510	181.581	11.251	171.279	133.239
Serviços de comunicação e colaboração	3.878	2.791	178	465	7.788	3.958	367	169	1.533	3.981	3.313	701	17.063	12.065
Empreendimento de soluções em TIC	5.523	3.279	363	652	37.437	14.511	2.516	877	1.229	1.221	7.841	857	54.911	21.397
Capacitação e disseminação do conhecimento	3.297	2.538	751	507	2.876	21.003	1.025	568	678	448	127	0	8.752	6.164
Relacionamento institucional	4.429	5.750	20	30	1.192	575	620	232	18	5	239	8	6.518	6.600
Gestão e desenvolvimento organizacional	22.580	23.109	810	798	14.685	8.013	1.774	903	6.168	6.959	3.089	91	49.106	39.873
Total	54.967	51.197	8.521	5.062	199.283	136.890	8.843	4.035	12.923	16.319	34.313	13.432	318.826	226.929

Nota 1: O executado de 2017 foi inferior ao orçado devido à diminuição de 16,74% de 2017 e à própria liberação dos recursos, que só iniciou em outubro de 2017.

Nota 2: O aumento nas despesas de custeio se deve ao fato das atualizações de aluguéis, impostos de importação e serviços administrativos normativos.

5.6. Comparativo anual de planejamento: a) Referir-se ao comparativo entre o recorrente em 2017 e o recorrente em 2016. O principal procedimento de assegurar por nós efetuado foi: Confirmação do total incorrido em 2017, cujos saldos foram testados nos procedimentos descritos no tópico 5.5 com os reais incorridos em 2016, testados no ano anterior, sem divergências. O quadro a seguir demonstra o comparativo entre o recorrente em 2017 com o recorrente em 2016:

MACRO PROCESSO	Pessoal ¹		Pessoa Física ¹		Pessoa Jurídica ¹		Viagens ¹		Custeio ¹		Capital ¹		Valores em R\$ mil	
	Executado 2016	Executado 2017	Executado 2016	Executado 2017	Executado 2016	Executado 2017	Executado 2016	Executado 2017	Executado 2016	Executado 2017	Executado 2016	Executado 2017	Executado 2016	Executado 2017
	TOTAL													
Desenvolvimento tecnológico	3.311	3.736	1.256	1.820	448	748	318	571	46	108	521	521	5.987	7.591
Engenharia e operação de redes	7.434	9.808	683	790	118.629	106.982	202	715	2.068	3.510	577	11.254	129.716	133.239
Serviços de comunicação e colaboração	3.975	2.791	115	465	3.899	3.958	56	169	4.247	3.981	740	13.034	12.065	
Empreendimento de soluções em TIC	3.190	3.279	924	652	11.224	14.511	285	877	874	1.221	728	857	17.229	21.397
Capacitação e disseminação do conhecimento	2.520	2.538	467	507	1.649	21.003	227	568	209	448	2	0	9.074	6.164
Relacionamento institucional	4.114	5.750	20	30	344	575	128	232	15	5	8	8	4.628	6.600
Gestão e desenvolvimento organizacional	20.646	23.109	691	798	6.413	8.013	314	903	7.012	6.959	24	91	35.099	39.873
Total	48.250	51.197	4.159	5.062	143.072	136.890	1.530	4.035	14.473	16.319	2.093	13.432	210.577	226.929

Nota 1: O aumento em diversas despesas de 2017 em comparação a 2016 se deve ao fato dos recursos de fomento, inclusive de 2016, terem sido liberados apenas em 2017. Nota 2: O aumento geral foi devido à maior realização de reuniões com equipes presenciais, como também pela execução de viagens internacionais para a realização de cursos ofertados pela ESR e para a realização de seminários da CAPEIS. Nota 3: O aumento se deve à realização de compras de equipamentos para o projeto "A Futura infraestrutura de rede da RNP Nordeste", que é um projeto com a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF).

6. Conclusão: Com base nos procedimentos de asseguar limitada do item 5, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante a ser efetuada nos quadros apresentados neste relatório, referentes ao fluxo de caixa financeiro da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2018. RSM CAAL AUDITORES INDEPENDENTES S/A - CRC-RJ - 004.080-9-0. Cláudio Silva Foch - SCS Responsável - CRC-RJ - 102.4550-4-0 - Contador.

Relatório de asseguar limitada dos auditores independentes sobre os itens de fiscalização da execução do contrato de gestão de 1 a XI, conforme artigo 34 da Portaria MCTIC nº 967/2011, alterada pela Portaria MCTIC nº 1.123/2015. Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Para: Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP. Aplicamos os procedimentos previamente acordados com V.Sas., a seguir descritos, em relação aos requisitos estabelecidos no artigo 34 da Portaria MCTIC 1.123/2015 elencados pela RNP - Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. O nosso trabalho foi realizado de acordo com a NBC-TS 4400, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicável a trabalhos de procedimentos previamente acordados - CPA. Os procedimentos foram aplicados com o único intuito de emitir um relatório evidenciando o cumprimento dos requerimentos elencados. Os tópicos de 1 a XI estão descritos conforme a Portaria MCTIC mencionada e, na sequência, os procedimentos executados seguidos de nossas conclusões a respeito dos procedimentos aplicados. 1 - limite percentual de gastos com pessoal em relação aos recursos financeiros repassados por intermédio do contrato de gestão: Analisamos se as despesas trabalhistas da RNP estão dentro do limite de gastos com pessoal em relação aos recursos financeiros repassados por intermédio do contrato de gestão, tomando como base as informações obtidas durante a auditoria trabalhista e previdenciária de 2017 e a asseguar do fluxo de caixa financeiro, ambas efetuadas pela RSM.

Exercício 2017	Valores em R\$ mil			
	Diretores Executivos	Demais Executivos	Prestatadores CII	Conselheiros (PF e P)
Valor do prêmio desempenho do exercício de 2016 pago em 2017	127	5.146	49	-
Valor da vale alimentação/refeição	37	2.507	28	-
Valor de Cálcular	11	138	7	-
Valor do plano de saúde	82	1.245	19	-
Valor do seguro de vida	4	102	2	-
Valor do auxílio educação	-	26	-	-
Valor do auxílio funeral	-	14	-	-
Valor de vale-transporte	-	148	-	-
Valor do auxílio creche	-	359	-	-
Valor do auxílio vacância	-	69	-	-
Remuneração	1.463	26.710	15.086	-
Encargos Sociais	-	12.453	-	-
Remuneração de estagiários	-	266	-	-
Ajuda de custo de conselheiros	-	-	-	13
Total por tipo	1.725	49.289	15.190	13
Total geral	-	-	-	66.218
Cálculo do percentual:	-	-	-	em R\$ mil
Valor total das despesas do Contrato de Gestão em 2017	-	-	-	194.838
Total geral de gastos com pessoal	-	-	-	66.218

33,99%
 • Descarmos que a Associação não efetua o rateio dos custos de mão de obra envolvida para o Contrato de Gestão, conforme mencionado no relatório de controles internos emitido também por esta auditoria independente para a RNP II - verificação da remuneração e percepção de outros vantagens pelos dirigentes e empregados da OS, segundo os critérios pactuados no contrato de gestão; A remuneração mensal percebida pelos dirigentes e empregados da RNP obedecem aos critérios pactuados no Contrato de Gestão aos limites previstos no inciso XI do artigo 37º da Constituição da República Federativa do Brasil, inclusive sendo compatíveis com os valores praticados no mercado. Nos meses de janeiro, outubro, novembro e dezembro, a remuneração total supra o subsídio mensal recebido pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal no valor de R\$ 33.973,00, em razão de pagamento de proventos de aposentadoria, das férias do 13º salário. III - situação de regularidade com o pagamento de tributos federais e existência de provisão para contingências passivas; Verificamos as certidões tributárias e previdenciárias, assim como da regularidade dos recolhimentos fiscais e da constituição adequada de contingências passivas, tomando como base as informações obtidas durante a auditoria contábil e trabalhista/previdenciária de 2017, assim como a asseguar do fluxo de caixa financeiro também do exercício de 2017, todas efetuadas pela RSM. A certidão de tributos federais e previdenciários é positiva com efeitos de negativa, desde que não movido pela Receita Federal cobrando o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre o repasse de recursos do Contrato de Gestão, relativo ao ano-calandário 2010. O processo foi concluído em 09 de novembro de 2017, com sucesso para a RNP, mas ainda não é possível obter a certidão negativa. Em relação a outras obrigações tributárias, a entidade recebeu suas obrigações em dia. Durante os nossos trabalhos de auditoria, identificamos processos em andamento, porém todos aqueles cujas probabilidades de perda foram avaliadas como prováveis pelos advogados, foram devidamente contabilizados. Quanto a potenciais contenciosos, identificamos uma provisão considerada adequada para o risco relacionado à contratação

de terceiros. IV - evolução das receitas e saldos do contrato de gestão e suas aplicações financeiras; Verificamos a evolução mensal das receitas recebidas do contrato de gestão, assim como a aplicação financeira dos recursos e dos saldos de caixa, tomando como base as informações obtidas durante a asseguar do fluxo de caixa financeiro efetuada pela RSM.

Data	Valores em R\$ mil			
	Receitas apropriadas ao Contrato de Gestão 2017 (a)	Ingresso de recursos 2017 (b)	Rendimentos brutos mensais de aplicação 2017 (c)	Saldos bancários mensais (d)
Jan/17	15.727	2.771	1.798	209.404
Fev/17	15.671	15.400	1.553	190.581
Mar/17	17.103	-	1.109	180.184
Abr/17	17.714	667	1.198	159.185
Jun/17	17.444	15.000	902	153.461
Jul/17	16.168	719	891	136.410
ago/17	21.042	-	772	118.658
Set/17	16.968	-	562	101.708
Out/17	21.938	20.000	537	103.781
Nov/17	11.833	30.000	402	98.915
Dez/17	29.823	110.000	442	170.437
Total	223.307	194.838	11.625	

(a) Receitas do Contrato de Gestão - Registradas conforme as despesas incorridas por competência, porém, não significam, necessariamente, que sejam entradas e saídas financeiras. (b) Ingresso de recursos - Recebimento de recursos via depósitos bancários. (c) Rendimentos brutos mensais de aplicação financeira somente das contas do Contrato de Gestão, sem desconto de IR e IOF. (d) Saldos finais mensais das contas de aplicação financeira do Contrato de Gestão, considerando os ingressos de recursos do mês (caso tenham ocorrido), as receitas e os resgates de aplicação financeira. (e) Percentual de variação dos rendimentos brutos de aplicação financeira em relação aos saldos bancários mensais finais. Nos meses de abril e de junho a dezembro de 2017, os percentuais de rendimento bruto em relação aos saldos de conta de aplicação financeira oscilaram abaixo da média mensal do ano. De uma forma geral, isto se justifica pelo fato do recurso disponível não ter sido depositado somente após a segunda quinzena de cada mês de cálculo de aplicação, estando armazenadas na maior parte do período. V - contabilização da reserva técnica e sua utilização/adesão; Verificamos se a reserva técnica foi constituída conforme diretrizes legais e exaradas pelo Conselho de Administração da RNP e se está contabilizada corretamente, tomando como base as informações obtidas durante a asseguar do fluxo de caixa financeiro e a auditoria contábil, ambas efetuadas pela RSM. Identificamos que não há reserva técnica constituída/contabilizada. Verificamos que a RNP passou a registrar uma reserva financeira no montante de 9% dos recursos recebidos a partir de 2017. No exercício de 2016, após aprovação do Conselho de Administração, conforme quadro abaixo. No entanto, o saldo acumulado em 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$ 12.743.254, é insuficiente para garantir a continuidade operacional da entidade por período superior a um mês.

Origem do recurso	Valores em R\$ mil		
	Valor do recurso	Data	Reserva 5%
12ª TA - MCTI 4655	2.000	23/12/2016	100
12ª TA - MCTI 4655	6.116	23/12/2016	306
15ª TA - MCTI Fomento	45.471	30/12/2016	2.274
15ª TA - MEC Fomento	10.500	30/12/2016	525
Repasse de 2016			3.205
15ª TA - MEC	15.000	22/03/2017	750
15ª TA - MEC	7.500	02/06/2017	375
15ª TA - MEC	7.500	21/06/2017	375
16ª TA - MEC	20.000	28/10/2017	1.000
16ª TA - MCTIC	5.000	21/11/2017	250
16ª TA - MEC	25.000	24/11/2017	1.250
16ª TA - MCTIC	45.000	18/12/2017	2.250
16ª TA - MEC	65.000	22/12/2017	3.250
Repasse de 2017			9.500
Rendimentos de aplicação DI - CEF			12.744
Total da reserva financeira, incluindo os rendimentos			12.744

VI - verificação de contratos celebrados com recursos do contrato de gestão; Verificamos, com base em amostragens, os contratos de telecom celebrados com recursos do contrato de gestão em relação à pertinência do que está sendo contratado, assim como em relação aos objetivos e metas pactuadas e a conformidade em relação às normas e procedimentos licitatórios, tomando como base as informações contábeis obtidas durante a asseguar do fluxo de caixa financeiro e a auditoria contábil, ambas efetuadas pela RSM. Dos contratos selecionados, todos são de Telecom na modalidade de Consulta e são pertinentes à atividade

de análise, estando vinculados aos objetivos e às metas pactuadas no Contrato de Gestão. As demais atividades dos procedimentos licitatórios foram feitas com base na conformidade dos seguintes documentos, arquivados pela RNP: 1) Requisição de compra/serviço - via sistema; 2) Carta convite - por e-mail; 3) Aprovação de cotação - via sistema; 4) Planilha de aplicação e aprovação de compra; 5) Carta de adjudicação; e 6) Solicitação de geração de contrato - via sistema. Foram identificadas as seguintes inconformidades:

Núm. Processo / Fornecedores	Pendências nos arquivos
ADC/5449/2014	- Ausência de requisição de compras (a);
03 S.A.	- Ausência de assinatura da RNP na carta convite (b);
	- Ausência de aprovador e data da aprovação da compra (c);
	- Ausência de assinatura da RNP na carta convite (b);
ADC/5818/2014	- Carta de adjudicação sem data e sem assinatura do fornecedor acerto (c);
03 S.A.	
ADC/5493/2014	
Telefônica Brasil S.A.	
Telefônica Brasil S.A.	- Ausência de requisição de compras (a);
ADC/5413/2014	
Brasil Digital Telecomunicacoes Ltda	
Claro S.A.	- Ausência de requisição de compras (a);
ADC/7245/2017	

• Os S.A. - Informação incompleta na requisição de compra. • Brasil Digital Telecomunicacoes Ltda - falta o nome do aprovador (d). • O Setor de Compras da Entidade justificou os seguintes itens referenciados acima (a) a) Para estes processos de conectividade não há Inclusão de SC (Solicitação de Compras) via sistema, devido a dificuldades do ERP. Os processos são iniciados com um e-mail enviado pelo gestor da área; (b) Não faz parte do processo padrão a solicitação desta assinatura; (c) Ao ano de 2016, quando o contrato Master entrou em vigor na RNP, os processos foram finalizados com o envio do pedido, que servia como aceite do fornecedor para a demanda; e, posteriormente era encaminhado o contrato, onde estavam despostos todos os circuitos além das determinações jurídicas de contratada e contratante. Neste aspecto, quando o envio do pedido, estes documentos eram assinados pela coordenação de compras em um arquivo diferente do enviado pelo fornecedor, sendo que ambos são entendidos como aceite para a demanda; (d) Não foram recebidos os e-mails de aprovação da Entidade. VII - percentual de avançamento de recursos extras ao contrato de gestão; Verificamos o cálculo do percentual de avançamento obtido pela RNP com a utilização dos recursos do contrato de gestão, tomando como base as informações obtidas durante a asseguar do fluxo de caixa financeiro e a auditoria contábil, ambas efetuadas pela RSM. A proporção das receitas avançadas em 2017, oriundas de recursos extras pactuados com a Associação RNP, provenientes de convênios, contratos e de prestação de serviços, em relação aquelas apropriadas ao Contrato de Gestão é de 14,17%, conforme quadro a seguir:

Descrição	Valores em R\$ mil	
	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2017
Receitas reconhecidas referentes ao Contrato de Gestão	223.306	209.871
Receitas financeiras referentes ao Contrato de Gestão	11.628	12.447
Outras receitas do Contrato de Gestão	(a) 412	1.578
Total do Contrato de Gestão	235.346	223.896
Receitas avançadas pela Associação	(b) 34.626	12.750
Total conforme demonstrações financeiras	269.972	236.646
Cálculo do percentual:	2017	2016
Total das receitas do Contrato de Gestão	235.346	223.896
Receitas avançadas pela Associação	34.626	12.750
Percentual em relação ao Contrato de Gestão	14,71%	5,69%

(a) Receitas de reembolso de recursos e descontos financeiros obtidos. (b) Receitas de convênios, contratos e de prestação de serviços pela RNP VIII - evolução do ativo permanente (imobilizado) da OS, segregando os investimentos com recursos próprios e do contrato de gestão; Verificamos a aplicação da evolução do ativo permanente da RNP segregado entre recursos do contrato de gestão e associação, tomando como base as informações obtidas durante a auditoria contábil efetuada pela RSM. A entidade nos apresentou documentação suporte para a segregação do ativo permanente ao que se refere ao Contrato de Gestão e aos demais convênios conforme quadro abaixo, sem os efeitos da depreciação, amortização ou provisão em 2017:

Origem: Contrato de Gestão	Valores em R\$ mil			
	Saldo em 31/12/2016	Reclass.	Adições	Baixas
Máquinas e equipamentos	11.532	1.881	(421)	2.996
Equipamentos de informática	88.212	208	11.218	(2.241)
Móveis e utensílios	6.026	6	98	(74)
Benefitória em prop. terceiros	2.440	1	-	-
Instalações	109	-	-	109
Software (intangível)	6.410	-	236	(191)
Total - Aquisições	114.729	219	13.432	(3.267)
Depreciações/ amortizações	(79.447)	(219)	(9.915)	(89.581)
Provisões (a)	-	-	(42.415)	35.767
Total	35.282	-	(29.898)	28.849

Origem: Demais Convênios	Valores em R\$ mil			
	Saldo em 31/12/2016	Reclass.	Adições	Baixas
Máquinas e equipamentos	462	4	(121)	341
Equipamentos de informática	10.284	(208)	599	(9.948)
Móveis e utensílios	1.937	(6)	114	(78)
Benefitória em prop. terceiros	97	-	-	-
Software (intangível)	40	(1)	-	-
Total	12.820			

